

Data: 14-09-2018 14:05:16



Título do Artigo : O Plano Popular: instrumento de luta?

Vinculado a ação : Assessorando movimentos sociais na busca pelo direito à cidade, na perspectiva de uma arquitetura e de um urbanismo socialmente referenciados

Área Temática : Selecione uma opção

Modalidade : Apresentação Oral de Artigo

1. COORDENADOR DA AÇÃO DE EXTENSÃO

Nome: Regina Bienenstein E-mail: bienenstein.uff@gmail.com

Telefone:

Celular: (21)9889-84024 Departamento: NEPHU

2. EQUIPE INTEGRANTE DO ARTIGO

01-	Regina Bienenstein	Docente	Autor
02-	Rafaela Vicente da Silva Soares	Aluno bolsista	Relator/Autor
03-	Daniel Mendes Mesquita de Souza	Outros	Autor
04-	Luiz Eduarda da Cunha da Silva	Outros	Autor
05-	Iasmim Martins Lasnor Diniz	Aluno não bolsista	Autor

3. ARTIGO

Resumo:

Planos Populares vem se tornando cada vez mais um instrumento de luta pela moradia no enfrentamento ao tratamento que o poder público dispensa à população de baixa renda. O poder público parece reiterar o modo de urbanização brasileira, que deixa o trabalhador de baixa renda sem alternativa para garantir moradia digna e regularmente os realoca para a periferia. Deste modo, um Plano Popular enfatiza o direito à resistência, a partir do planejamento urbano, econômico, social e cultural. O presente artigo tem como objetivo apresentar o processo de construção do Plano Popular de diferentes comunidades e apresentar o trabalho do NEPHU/UFF (Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense), que subsidia comunidades com assistência técnica na elaboração e implantação de Planos Populares, considerando que há um limite na função do poder público em garantir infraestrutura, moradias adequadas e melhor qualidade de vida ao cidadão.

Palavras chave:

Plano popular, direito à cidade, moradia

Abstract:

Popular Plans have increasingly become a struggle instrument for housing in face of the treatment that the State gives to the low-income people. The State seems to reinforce the Brazilian urbanization mode which leaves the low-income workers without alternatives to guarantee decent housing and regularly

relocates them to the urban periphery. Popular Plans emphasize the right to resistance based on urban, economic, social and cultural planning. This article aims to present and discuss the construction process of Popular Plans of different communities and present the work of NEPHU/UFF (Center for Housing and Urban Studies and Projects of the Fluminense Federal University), which subsidizes communities with technical assistance in the Popular Plan construction, considering that there is a limit on the role of the State to guarantee infrastructure, adequate housing and a better citizen quality of life.

Key Words:

Popular plan, right to the city. housing

Introdução (Justificativa, o Problema, Objetivos - geral e específicos):

Neste trabalho repassamos o histórico de resistência de comunidades que usaram o Plano Popular como instrumento de luta, afirmando o direito e a possibilidade de permanência das comunidades nas áreas ocupadas e rejeitando propostas de remoção involuntária e forçada de qualquer morador. O engajamento no processo político conta, no nosso recorte, com a colaboração das universidades públicas (UFF-Universidade Federal Fluminense e UFRJ-Universidade Federal do Rio de Janeiro) que exercem o papel fundamental de responsabilidade técnica, combatendo as justificativas de remoções pela Prefeitura, geralmente baseadas em argumentos com relação à preservação ambiental e à viabilidade de um projeto de revitalização urbana. O artigo toma o exemplo de três comunidades para discutir o tema proposto. Vila Autódromo, comunidade localizada no Bairro da Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, é referenciada como marco de resistência às tentativas de remoção arbitrária e é vista como exemplo de forte mobilização coletiva. Através de sua mobilização e da articulação, e apoio técnico do NEPLAC/ETTERN/IPPUR/UFRJ (Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e do NEPHU/UFF (Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense), Vila Autódromo construiu um Plano Popular, que serviu como instrumento de luta. Outro exemplo é a Ocupação Mama África, situada no Bairro de São Domingos em Niterói, e que, com o apoio do NEPHU/UFF e da Frente Internacionalista dos Sem Teto (FIST), elaborou o seu Plano Popular e tem conseguido se manter no local ocupado. A terceira comunidade, Lazareto, Jurujuba, Niterói, se insere como possibilidade de resistência que pode olhar essas lutas como referência. Em suma, o artigo possui o objetivo de apresentar e analisar as diferentes trajetórias e possíveis caminhos de luta.

Desenvolvimento com Fundamentação Teórica:

O processo de elaboração de um plano popular se desenvolve de forma semelhante nas diversas comunidades que serão apresentadas. O Plano Popular adota e reconhece que as cidades vivem em processo de mudança no seu modelo de urbanização. Tal modelo, seguindo a tendência das formas de gestão e realização da riqueza capitalista, aplicadas desde fins do século XIX, tem determinado um padrão de gestão, investimento e produção do espaço urbano reconhecidamente seletivo, isto é, voltado somente para algumas parcelas da cidade, e excludente do ponto de vista social, pois apenas algumas classes sociais são nele incluídas, conformado pela ampliação dos negócios imobiliários na cidade (BIENENSTEIN G., 2000). Neste cenário desenha-se o planejamento em situação de conflito. Como primeiro exemplo desse planejamento em contexto de conflito apresentamos a comunidade Vila Autódromo, anteriormente comportando cerca de 450 famílias e situada na zona oeste do Rio de Janeiro. Este bairro popular vinha sofrendo ameaças de remoção desde 1992 e sob diversas justificativas, alegação de poluição, dano estético e ambiental. Diante desta ameaça, as lideranças buscaram apoio das universidades UFRJ (NEPLAC) e à UFF (NEPHU) e assim foi possível a elaboração de um Plano Popular. “Não somos uma ameaça ao meio-ambiente, nem à paisagem nem à segurança de ninguém. Ameaçamos quem quer violar nosso direito constitucional à moradia. Somos uma ameaça apenas para os que querem especular com a terra urbana e para os políticos que servem a seus interesses. Eles têm o plano deles, que pretende nos apagar do mapa da cidade. Agora nós temos o nosso plano, que afirma nossa existência e nosso direito de continuar existindo. Nossa história de luta tem agora continuidade no nosso Plano Popular”. ALTAIR GUIMARÃES, VÍDEO “VILA AUTÓDROMO: UM BAIRRO MARCADO PARA VIVER” (VAINER, et al, 2012). O Plano Popular de Vila Autódromo (PPVA) se apresenta como emblemático exemplo de como os estratos mais baixos

da população residente em parcelas valorizadas da cidade podem reagir a iniciativas e agressões do executivo municipal. Compreende-se como instrumento utilizado em lutas contra a urbanização voltada para os negócios e de limpeza social. Mesmo com o suporte de dispositivos jurídicos, como a Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia, por 99 anos, a comunidade estava sujeita à remoção pelo processo de implementação da Cidade Olímpica. Ressalte-se que, em 2013, o PPVA recebeu o Urban Age Award, um prêmio internacional, proferido pelo Deutsche Bank, obtendo o primeiro lugar. Os moradores decidiram então usar os recursos da premiação na construção de uma creche no terreno anexo à sede da Associação dos Moradores. Em Vila Autódromo existiam três tipos de situações: (i) famílias que desejavam permanecer em Vila Autódromo, ii) famílias em processo de negociação junto à Prefeitura e (iii) famílias que resistiam. Tais situações concorriam com as sucessivas alternativas do Plano Popular para a viabilização da continuidade da comunidade em suas terras. Mesmo com a elevação da pressão do o nível de assédio, agressão moral pelo executivo municipal, inclusive com a permanência da guarda municipal, parte da comunidade não se enfraqueceu, o que provocou o encerramento das negociações pela Prefeitura que em 2016, foi obrigada a concordar com a permanência de 20 famílias que não aceitaram negociar. Cabe ressaltar, que a luta ainda continua, pois, o acordo de urbanização ainda não foi concluído. No caso da comunidade Mama África, o bairro onde está situada, São Domingos, está inserido na área de influência da Operação Urbana Consorciada da área central da cidade (OUC-Centro), que se caracteriza por ser uma ação voltada para a revitalização da região, prevendo-se a aceleração da valorização fundiária já em curso e consequente dificuldade de a população mais pobre permanecer em seu território. A comunidade, composta de dois casarões que comportam 28 famílias, por mais de 20 anos, tem lutado pela permanência no local. Como Vila Autódromo, procurou apoio do NEPHU e FIST (Frente Internacionalista dos Sem Teto) para a permanência dessas famílias. Em 2014 foi iniciada a elaboração do Plano Popular da Mama África, um processo lento, mas cuja elaboração encontra-se na fase final, já estando em andamento a mobilização no sentido de conseguir negociar sua implantação junto à Prefeitura de Niterói. Por último, a comunidade Lazareto, situada em Jurujuba (bairro da região da Baía de Niterói) tem a pesca como principal atividade econômica. Sua resistência foi iniciada devido à precariedade dos serviços de saneamento. Por ser uma área composta por vias estreitas e sem saídas, a concessionária responsável pelo serviço de coleta de esgoto e fornecimento de água da cidade (Águas de Niterói), com o aval da Prefeitura de Niterói, se nega a implantar os serviços na comunidade, deixando o esgoto ser despejado no mar por redes clandestinas. Em 2003, o Nephu havia realizado um diagnóstico urbano popular para a regularização fundiária do Lazareto e com a finalidade de solucionar o problema da falta de saneamento básico na comunidade, o que foi interrompido. Este processo está em vias de ser retomado por força de um processo no Ministério Público E O Nephu foi convidado a participar pelos atores envolvidos: a comunidade, o Ministério Público e a Prefeitura.

Metodologia:

Para a elaboração da análise sobre os Planos Populares das diversas comunidades foi realizada a revisão do histórico de lutas de cada comunidade, conhecimento de cada plano elaborado e dos que estão em processo de construção. Além disso, pesquisas em publicações virtuais que abrangem o conteúdo relacionado a essas lutas foram essenciais para a contextualização feita. A metodologia utilizada pelo NEPHU no processo de construção dos planos populares, a partir da demanda dos moradores, seguem algumas premissas: (a) primeiramente, os moradores são caracterizados como protagonistas da ação, pois possuem saberes insubstituíveis, obtidos através das vivências cotidianas, que embasam um planejamento consistente; (b) com o suporte técnico, os acordos e as deliberações são feitas através da união entre os moradores e a equipe técnica para troca de opiniões e propostas para o melhor desenvolvimento de todo o processo; (c) todas as decisões são discutidas e tomadas coletivamente, sempre privilegiando os apontamentos gerados pelos moradores, seus desejos em termos de moradia, meio ambiente e atividades culturais e de lazer a serem desenvolvidas no espaço que ocupam. As atividades desenvolvidas na construção dos planos populares incluem levantamento de campo, aplicação de questionários domiciliares (cadastros socioeconômicos), levantamento e análise de documentos jurídicos, bases cartográficas e fotos aéreas e realização de um processo de discussão coletivo. Estas são as ferramentas usadas pelos professores e alunos, em conjunto com os moradores, na produção do diagnóstico e no desenvolvimento de um conjunto de propostas no âmbito de cada um dos programas - habitação, saneamento básico, preservação ambiental, transporte público, acesso a serviços, equipamentos públicos, lazer e cultura, sempre procurando, através de discussões coletivas, conforme já apontado, estratégias de mobilização, organização popular e comunicação.

Resultado com Discussão:

Na análise do que vimos em Vila Autódromo, a articulação com duas Universidades públicas federais e a elaboração do Plano foram fundamentais para a permanência dos moradores que resistiram. Importante também foi a articulação com outros atores e coletivos e a grande visibilidade conseguida para a luta. Foi importante também a criação do “Museu das Remoções”, ação que, através de um acervo resguardado da época das demolições das casas, possibilita preservar a memória da história da luta pela permanência da comunidade, a pressão sofrida e a grande violência enfrentada. Hoje, o acervo faz parte do acervo do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro. Já no caso de Mama África, o Plano tem ajudado, desde 2014, a tencionar a Prefeitura para o atendimento da demanda dos moradores de implantar as propostas elaboradas. Aqui também, a articulação com outras comunidades, no Fórum de Luta pela Moradia de Niterói, tem sido estratégia fundamental para reforço da luta. Em Lazareto, o Plano visa atender as necessidades e carências do local em termos de urbanização, e também da regularização fundiária do local. Para tanto, o Plano propõe que seja considerada como a Área Especial de Interesse Social, Pesqueiro e Paisagístico, ajustes no arruamento e também no parcelamento do solo, reforma de parte das moradias existentes, novas casas para alguns reassentamentos necessários e áreas coletivas de lazer. A busca pela regularização possui uma enorme importância devido ao processo de valorização em andamento na região. Por se tratar de terreno de marinha, logo da União, já está em negociação a Concessão Especial do Uso para fins de Moradia, em favor dos moradores, cabendo ao Serviço de Patrimônio da União/SPU encaminhar junto à Prefeitura o processo administrativo. Concluindo, os Planos Populares examinados podem ser caracterizados como emblemáticos instrumentos de luta pelo direito à cidade e à moradia e contra propostas de limpeza territorial, expressas por ações de remoção.

Considerações Finais:

Compreendemos que a elaboração e implantação de um Plano Popular só se torna possível mediante a articulação de alguns fatores essenciais: as Universidades, os moradores e as instituições públicas. As Universidades exercem seu papel social, utilizando-se das ferramentas e os conhecimentos que detém e podem contribuir para a luta pela moradia. Nos casos examinados, esses conhecimentos diversos, praticados no Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (Nephu/UFF), se articulam com os de diferentes cursos: Arquitetura e Urbanismo, Engenharia, Direito, Serviço Social e comunicação. Forma-se assim, um núcleo integralizado e múltiplo de apoio. Esta atuação contribui para o fortalecimento do movimento insurgente dos moradores, que estão na busca do atendimento de seus direitos, entre eles, o direito à moradia. A participação em eventos diversos (reuniões, congressos, seminários...) relacionadas a este assunto permite unir não só as pessoas de uma favela, mas do conjunto de territórios populares que estão engajados nessa mesma luta. O Plano contribui para a transformação fortalecimento desses coletivos, na medida, em que afirma a viabilidade técnica da permanência das classes populares, mediante a apresentação de propostas viáveis e voltadas para garantir o direito de morar na cidade, pois a cidade deve ser para todos. Desta forma, contribui também para a redução do quadro da segregação habitacional. É visível os diferentes momentos em que se encontram as favelas citadas: Vila Autódromo, encontra-se lutando pela construção da creche e implantação de outros equipamentos coletivos, além do habite-se e documento de Concessão devidamente ajustado; Mama África, encontra-se na fase de finalização da elaboração do Plano Popular, e da definição das estratégias futuras da luta. Já Lazareto, com as respostas obtidas nesse ano com a ação que atualmente corre no Ministério Público, tem a perspectiva de ver atendida sua demanda por regularização e urbanização da comunidade, estando no momento na fase de definição de como será esse processo e de suas etapas pelo Nephu em conjunto com a comunidade. Cabe ressaltar, que existe a possibilidade de avançar junto à prefeitura na realização do Projeto de Regularização Fundiária Sustentável do Morro do Lazareto, o que demonstra a necessidade de estar constantemente ajustando e atualizando esses instrumentos. O processo de conquistas é lento devido à burocratização e à privatização do Estado e à falta de recursos para sua implementação. No entanto, os resultados até agora obtidos, ainda que parciais, só foram possíveis pela união e mobilização dos coletivos citados, conforme se buscou aqui demonstrar.

Referência:

Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (AMPVA). Plano Popular da Vila

Autódromo: Plano de desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural. Rio de Janeiro, AMPVA. 2012 VAINER, BIENENSTEIN, TANAKA, OLIVEIRA E LOBINO. O Plano Popular da Vila Autódromo, uma experiência de planejamento conflitual, 2016. BIENENSTEIN, Regina, BIENENSTEIN, Glauco, SOUSA, Daniel. Universidade e luta pela moradia. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017. BIENENSTEIN, Regina, SAMPAIO, Jackeline, CUNHA, Luiz, ANJOS, Romário. O direito de morar na cidade: experiência do Projeto de Habitação Popular Mama África. 19º Semana de Extensão, Universidade Federal Fluminense, 2014. BIENENSTEIN, Regina, BIENENSTEIN, Glauco, SOUSA, Daniel, FREIRE, Eloisa. Extensão universitária na luta pelo direito à moradia e à cidade. XVII Enanpur, São Paulo, 2017.
